

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

JADER WILSON TEIXEIRA BELCHIOR

**RELAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES COM EMPREGABILIDADE E
REMUNERAÇÕES: Análise das informações contábeis de empresas listadas no setor de
consumo cíclico da BM&FBovespa de 2009 a 2016**

Brasília-DF
2017

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura

Reitora da Universidade de Brasília

Professora Doutora Cláudia da Conceição Garcia

Decana de Ensino de Graduação

Professora Doutora Helena Eri Shimizu

Decana de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto

Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade

Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

JADER WILSON TEIXEIRA BELCHIOR

**RELAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES COM EMPREGABILIDADE E
REMUNERAÇÕES: Análise das informações contábeis de empresas listadas no setor de
consumo cíclico da BM&FBovespa de 2009 a 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado ao Departamento de Ciências
Contábeis e Atuariais da Universidade de
Brasília, como requisito para conclusão do curso
de bacharelado em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Prof. Dra. Krisley Mendes

Linha de pesquisa: Impactos da Contabilidade na
Sociedade

Área: Pesquisa em Contabilidade

**Brasília-DF
2017**

BELCHIOR, Jader Wilson Teixeira

RELAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES COM EMPREGABILIDADE E REMUNERAÇÕES: Análise das informações contábeis de empresas listadas no setor de consumo cíclico da BM&FBovespa de 2009 a 2016

Orientadora: Prof. Dra. Krisley Mendes.

Trabalho de conclusão de curso (Monografia - Graduação) - Universidade de Brasília, 1º semestre letivo de 2017.

Bibliografia

1. Exportação. 2. Remuneração. 3. Empregabilidade. 4. Contabilidade. 5. IFRS 8. 6. DVA.

I. Krisley Mendes. II. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. III. RELAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES COM EMPREGABILIDADE E REMUNERAÇÕES: Análise das informações contábeis de empresas listadas no setor de consumo cíclico da BM&FBovespa de 2009 a 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais que sempre me incentivaram a estudar e me aprimorar, ao meu irmão por sempre me apoiar tanto em momentos difíceis quanto em momentos alegres, à minha namorada pelo companheirismo e compreensão, aos amigos e colegas que me apoiaram e tornaram até os momentos mais difíceis em momentos memoráveis, às minhas supervisoras de estágio por me ensinarem incontáveis lições, à minha orientadora pelo auxílio e aconselhamento, aos mestres e doutores que contribuíram em minha formação, à instituição que tornou a formação possível e a todos que contribuíram direta ou indiretamente nessa árdua caminhada.

RESUMO

Um dos tópicos mais debatidos atualmente na área econômica é se a abertura comercial de um país auxilia ou não na empregabilidade e geração de renda. Uma das motivações da pesquisa é procurar a contribuição que as Ciências Contábeis podem oferecer para auxiliar na busca da resposta desse debate. O período estudado pela pesquisa abrange os anos de 2009 a 2016 e pesquisou companhias de capital aberto listadas no setor de consumo cíclico da BM&FBovespa. Para a coleta dos dados da pesquisa foram utilizados a demonstração do valor adicionado e o formulário de referência, ambas fontes de informação disponibilizadas no site da BM&FBovespa. A pesquisa objetiva descrever a relação da empregabilidade e da geração de renda com as exportações através dos seguintes cálculos na amostra: taxa de variação das exportações; média aritmética, desvio padrão e coeficiente de variação das remunerações; coeficiente de correlação de Pearson da exportação com pessoal ocupado e remunerações contidas na DVA. A amostra não apresentou resultados que corroborem com as teorias tradicionais de comércio internacional, pois as exportações têm correlação negativa e baixa com o salário médio e correlação alta e positiva com a remuneração de acionistas. Já com a quantidade de pessoal ocupado a correlação é relativamente alta e positiva. Isso sugere que há indícios de que as exportações não favorecem o ganho de renda do trabalho e, portanto, não contribuem para a redução das desigualdades, embora colabore para o aumento da empregabilidade. É sugerido que sejam feitas pesquisas que utilizem métodos estatísticos mais aprofundados para esclarecer motivos da divergência dos resultados com as teorias de comércio internacional.

Palavras chave: Exportação. Remuneração. Empregabilidade. Contabilidade. IFRS 8. DVA.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DVA	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
IPA	ÍNDICE DE PREÇOS DO ATACADO
IFRS	<i>INTERNACIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARTS</i>
IASB	<i>INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD</i>

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Composição do setor de consumo cíclico e da amostra de empresas listadas na BM&FBOVESPA segregadas em categorias entre 2009 e 2016, em unidades.....	22
Tabela 2: Composição do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” e da amostra de empresas listadas na BM&FBOVESPA segregadas em categorias entre 2009 e 2016, em unidades.	23
Tabela 3: Composição do segmento “edificações” e da amostra de empresas listadas na BM&FBOVESPA segregadas em categorias entre 2009 e 2016, em unidades.....	25
Tabela 4: Taxa de crescimento anual das exportações e da participação das exportações na receita do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em percentual.....	27
Tabela 5: Média das remunerações anuais do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em R\$ milhares.....	42
Tabela 6: Desvio Padrão das remunerações anuais do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em R\$ milhares.	43
Tabela 7: Coeficiente de variação das remunerações anuais do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em percentual.	44
Tabela 8: Correlação entre exportações e variáveis das remunerações anuais do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em percentual.	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Composição do setor de consumo cíclico e da amostra de empresas listadas na BM&FBOVESPA segregadas em categorias entre 2009 e 2016, em unidades.....	22
Gráfico 2: Composição do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” e da amostra de empresas listadas na BM&FBOVESPA segregadas em categorias entre 2009 e 2016, em unidades.	24
Gráfico 3: Composição do segmento “edificações” e da amostra de empresas listadas na BM&FBOVESPA segregadas em categorias entre 2009 e 2016, em unidades.....	25
Gráfico 4: Taxa de crescimento anual das exportações e da participação das exportações na receita do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em percentual.....	28
Gráfico 5: Média anual do salário médio do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em R\$ milhares.....	29
Gráfico 6: Média anual das remunerações sem a variável “Salário médio” do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em R\$ milhares.....	30
Gráfico 7: Desvio Padrão do salário médio do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em R\$ milhares.....	31
Gráfico 8: Desvio Padrão das remunerações anuais sem a variável “Salário médio” do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em R\$ milhares.....	32
Gráfico 9: Coeficiente de variação do salário médio do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em percentual.	33
Gráfico 10: Coeficiente de variação das remunerações do governo e de agentes financiadores do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em percentual.	33
Gráfico 11: Coeficiente de variação das remunerações de acionistas e da empresa do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em percentual.	34
Gráfico 12: Correlação entre exportações e variáveis das remunerações anuais do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em percentual.	35

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Contextualização	11
1.2	Objetivo geral	12
1.3	Objetivos específicos.....	13
1.4	Motivação da pesquisa.....	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1	Teorias de comércio internacional.....	14
2.2	Resultados de estudos empíricos com base nas teorias.....	15
2.3	International Financial Reporting Standards número 8.....	16
2.4	Demonstração do Valor Adicionado	17
3	METODOLOGIA.....	18
3.1	Medidas de tendência central.....	19
3.2	Medidas de dispersão	19
3.2.1	Desvio padrão.....	19
3.2.2	Coeficiente de correlação de Pearson.....	20
3.3	Coeficiente de variação	20
3.4	Taxa de variação.....	20
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	21
4.1	Composição da amostra.....	21
4.1.1	Composição da amostra total	21
4.1.2	Composição da amostra sem o segmento “Edificações”	23
4.1.3	Composição do segmento de edificações	24
4.2	Análise da relação das exportações com empregabilidade e remuneração.....	26
4.2.1	Taxa de crescimento das exportações e de sua participação na receita	27
4.2.2	Média das remunerações.....	28
4.2.3	Desvio padrão das remunerações.....	31
4.2.4	Coeficiente de variação.....	33
4.2.5	Correlação	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
	Referências.....	39
	ANEXOS.....	42

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O Brasil se encontra em crise econômica há anos. Constatou-se que 4,4 milhões de famílias brasileiras transitaram para as classes D e E no biênio 2015-2016, quantidade considerada suficiente para anular todo o processo de mobilidade social verificado entre 2006 e 2012 (CALEIRO, 2017). O Secretário do Comércio Exterior afirma, em palestra oficial, que uma das estratégias que o Brasil utilizará para reverter a crise será aumentar sua inserção no comércio internacional para aumentar as vendas de produtos e serviços brasileiros ao exterior e estimular o fluxo de investimentos (ÁRABE NETO, 2016).

Moreira (2012) diz que teorias do comércio internacional tem como pressuposto que quanto maior a abertura dos mercados nacionais, mais ricas seriam as nações integradas pelo comércio. Esse pressuposto teve origem na obra de Adam Smith, “A Riqueza das Nações” de 1776, e contradiz a crença da época em que o livro foi publicado de que a riqueza era equivalente à quantidade de ouro armazenada pelo país.

Alguns autores, como Feenstra (2004), afirmam que esse aumento da inserção no comércio internacional de um país menos desenvolvido, como o Brasil, acarretaria na redução de desigualdades entre grupos sociais e regionais. No entanto, há estudos empíricos que apontam o contrário, como o de Arbache e Corseuil (2004), que chegam à conclusão de que a liberalização comercial, que ocorreu no fim da década de 1980 e no início da de 1990, afetou negativamente os salários e as estruturas de emprego inter-industriais em alguns segmentos, ao contrário do que é suposto nas teorias liberais.

O trabalho de Leamer e Levinsohn (1995) adverte que testar teorias de comércio internacional é extremamente difícil, pois para testá-las torna-se necessário buscar uma metodologia e elaboração de base de dados o mais consistente possível com a teoria.

Recentemente, a análise dos trabalhos empíricos em comércio internacional é realizada com dados em nível nacional ou, no mínimo, regional (ARAÚJO, 2005). O menor nível de agregação dos dados de comércio exterior disponibilizados por fontes oficiais é o municipal. O que se verifica como limitação de estudos a respeito dos efeitos causados pelo comércio exterior é que, nos dados municipais, o registro das exportações se dá pelo domicílio fiscal da empresa exportadora, que nem sempre é igual ao local de onde se produziu e exportou.

A relação entre rendimentos e comércio exterior tem sido estudada, principalmente, a partir de dados macroeconômicos. O estudo a partir de microdados é recente, e oferece a possibilidade de ampliação dos métodos de análise. Dados ao nível da firma, entretanto, não são disponibilizados por fontes oficiais, em nome do sigilo de informações empresariais. No entanto, a demonstração do valor adicionado – DVA, publicado por empresas abertas, oferece dados microeconômicos que possibilitam conhecer a distribuição do valor agregado entre as diferentes remunerações. De acordo com De Luca (1998), este é um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração. A DVA demonstra a distribuição do valor adicionado às diversas remunerações, sendo elas de funcionários, governo, agentes financiadores, acionistas e da empresa.

Para efetuar a ligação entre exportações e distribuição de valores gerados pela empresa nas diversas remunerações, é necessário obter informações relativas a exportações. A obtenção dessas informações foi possibilitada através da *International Financial Reporting Standards* número 8 - IFRS 8, que, de acordo com seu sumário técnico, entrou em vigência no Brasil em 1º de janeiro de 2009 (FUNDAÇÃO IFRS, 2011).

A IFRS 8 é aplicada às demonstrações financeiras segmentadas e consolidadas de empresas. Ela especifica como a entidade deve apresentar informações sobre seus segmentos operacionais. Exige também que a entidade apresente informações sobre os países em que ela obtém receitas, mantém ativos e sobre seus principais clientes. Ou seja, a IFRS 8 faz com que entidades exportadoras divulguem informações de seu desempenho nos mercados externos em que opera, como vendas, receitas e custos, por país de atuação, isto é, oferece as receitas por área geográfica de exercício.

Considerando as informações apresentadas acima, surge o seguinte problema para pesquisa: qual a relação das exportações com empregabilidade e remunerações nas companhias de capital aberto listadas no setor de consumo cíclico da BM&FBovespa no período de 2009 a 2016?

1.2 Objetivo geral

Analisar a relação das exportações com a empregabilidade e as remunerações nas companhias de capital aberto listadas no setor de consumo cíclico da BM&FBovespa no período de 2009 a 2016.

1.3 Objetivos específicos

- Efetuar revisão bibliográfica das teorias de comércio internacional e trabalhos empíricos com a finalidade de se verificar a ocorrência ou não das teorias na prática.
- Identificar companhias que divulgam as informações necessárias para a pesquisa visando elaborar base de dados o mais consistente possível com as teorias estudadas.
- Definir a estratégia empírica a ser utilizada para melhor efetuar o estudo com a utilização de microdados das empresas.
- Analisar resultados obtidos com o intuito de identificar a relação das exportações com a empregabilidade e remunerações.

1.4 Motivação da pesquisa

A abertura da economia é apontada como o processo que irá liderar as demais reformas de políticas públicas que ambicionam a ampliação da capacidade de produção e competitividade no mercado internacional e servem como instrumentos de geração de empregos e melhoria na distribuição de renda no Brasil (MENDES, 2016).

Portanto, apresenta-se como necessário pesquisar o efeito da abertura da economia em menor nível de agregação visando auxiliar a formulação de políticas de comércio, antecipando-se a resultados indesejados, uma vez que a ideia de que a abertura econômica produz ampliação e melhoria na distribuição da renda não é empiricamente verificada. Foram verificados estudos que apontam resultados adversos dessa abertura.

Barreto, Benevides e Castelar (2003) constatam que a abertura comercial do Brasil tende a reduzir a concentração de renda e aumentar a participação das classes mais pobres nas regiões Sul e Sudeste, enquanto no Norte, Nordeste e Centro-Oeste a abertura não impacta significativamente na distribuição de renda, mas diminui a renda dos 20% mais pobres.

Por respeito ao sigilo empresarial os dados contábeis em nível de firma passíveis de uso são apenas das companhias abertas listadas na BM&FBovespa, que permitem analisar os efeitos da abertura econômica na remuneração em diferentes setores.

O estudo irá abranger o período de 2009 a 2016, que data do período de vigência da IFRS 8 até os últimos relatórios contábeis completos divulgados pelas companhias abertas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teorias de comércio internacional

A Riqueza das Nações, publicada por Adam Smith em 1776, dá origem ao princípio utilizado como base pelas teorias de comércio internacional. O princípio pode ser descrito como quanto maior a abertura econômica, mais ricas seriam as nações ligadas pelo comércio. Tal princípio ia de encontro à crença da época de que a riqueza era a quantidade de ouro acumulado (MOREIRA, 2012).

Segundo o autor, a crítica de David Ricardo a respeito publicação de Adam Smith é de que as relações comerciais entre nações seguem o princípio das vantagens comparativas, portanto, os países exportariam bens onde o trabalho fosse mais eficiente, de maneira a tornar o comércio favorável.

O autor afirma, a respeito da teoria neoclássica do comércio internacional desenvolvida por Heckscher e aprimorada por Ohlin, que a ideia central continua sendo que o comércio internacional pode ser explicado pelas diferenças de fatores de produção entre países; ou seja, países com abundância de fatores de produção de certo produto irão exportá-lo. Entretanto o modelo Heckscher-Ohlin apresenta a seguinte crítica ao modelo de Ricardo: não basta apenas explicar o comércio internacional através das vantagens comparativas, é necessário explicar o motivo da existência dos custos comparativos nos fatores de trabalho, tais como mão-de-obra, terra e capital.

Moreira (2012) observa que tanto a teoria clássica quanto a teoria neoclássica mantêm as hipóteses fundamentais de concorrência perfeita, pleno emprego, funções de produção estáveis e iguais entre empresas e países de maneira que o comércio internacional interfere na alocação de recursos, quantidades e preços, acarretando ganhos de comércio para todos os participantes.

Outro teorema relevante ao comércio internacional é o de Stolper-Samuelson. Faustino (1989) apresenta o teorema da seguinte maneira: o aumento no preço relativo de um bem acarreta um aumento proporcional do preço do fator utilizado de maneira mais intensiva na sua produção e a diminuição da remuneração real de outro fator, se a oferta dos fatores se mantiver fixa, é garantido que o efeito sobre os preços dos fatores foi provocado pela alteração do preço dos bens. O autor relacionou o modelo base de Heckscher-Ohlin com o teorema de Stolper-Samuelson e estabelece que a igualização dos preços dos bens pelo

comércio internacional leva à igualização dos preços dos fatores tanto relativos quanto absolutos, ou seja, o comércio se torna um substituto perfeito da mobilidade internacional dos fatores, fazendo com que os preços dos fatores dependam apenas dos preços dos bens e independam da dotação relativa de fatores dos países.

As teorias de comércio internacional se relacionam com as remunerações através da necessidade de explicação das vantagens comparativas dos fatores de produção, como mão-de-obra e capital. Esses fatores podem ser estudados através de certas informações, como empregabilidade e salário, evidenciadas por demonstrações contábeis tais como a demonstração do valor adicionado.

2.2 Resultados de estudos empíricos com base nas teorias

Para Feenstra (2004), o crescimento do comércio internacional de um país menos desenvolvido como o Brasil, deveria reduzir desigualdades entre grupos sociais e regionais.

Existem estudos empíricos que não confirmam isso. O trabalho de Arbache e Corseuil (2004) tem como base a teoria de Stolper-Samuelson e conclui de que a liberalização comercial brasileira que ocorreu no fim da década de 1980 e no início da de 1990 afetou negativamente os salários e as estruturas de emprego inter-industriais em alguns segmentos, ao contrário do que é suposto nas teorias liberais. O estudo de Arbache, Dickerson e Green (2004) chega a uma conclusão semelhante, demonstrando que os salários caíram substancialmente no setor de comercializáveis, enquanto o retorno por qualificação aumentou no Brasil após a liberalização comercial.

O trabalho de Dollar e Collier (2001) avalia o impacto da liberalização comercial sobre o emprego, qualificação da mão-de-obra e salários. Ainda que a conclusão desse trabalho seja positiva a longo prazo, os autores atentam para as dificuldades que ocorrem no curto e médio prazo, quando há evidência de aumento da desigualdade de salários devido à qualificação de mão-de-obra.

Estudos citados na resenha de Gonçalves (2008), além de não trazerem evidência empírica conclusiva, chegam a resultados bem divergentes entre si. O autor chega à conclusão de que, no Brasil há necessidade de aprofundamento dos estudos que focam no impacto da atividade de comércio externo das empresas sobre: emprego, remuneração e qualificação da mão-de-obra.

Os trabalhos de Venables e Limão (2002) e Chiquiar (2008) consideram que as regiões de um país podem estar ligadas de maneira diferente ao comércio externo, isso faz com que as

distintas regiões tenham diferentes reações à abertura comercial. Mendes (2016) conclui, a respeito dessa diferença regional na ligação com comércio externo, que a implementação de uma política pública homogênea teria resultados heterogêneos. Tal conclusão demonstra a importância de se realizar estudos em menor nível de agregação visando analisar a relação entre comércio exterior e renda com maior nível de razoabilidade.

2.3 *International Financial Reporting Standards* número 8

Foi criado no Brasil em 2005 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis que, além de traduzir as IFRS em forma de pronunciamentos contábeis – CPCs, se dedica à convergência das normas nacionais com as internacionais.

As *International Financial Reporting Standards* foram adotadas no Brasil através da promulgação da Lei 11.638/07, que alterou a Lei 6.404/76, das Sociedades Anônimas, passando a exigir que as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) fossem elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade (MARTINS, 2011).

O CPC 22 especifica como a entidade deve apresentar suas informações sobre seus segmentos operacionais, além de exigir que a entidade apresente informações sobre os países em que: obtém receitas, mantém seus principais clientes e ativos. Ou seja, o CPC 22 impulsiona as entidades exportadoras a divulgar informações de seu desempenho nos mercados externos em que opera, como vendas, receitas e custos, por país de atuação, oferecendo as receitas por área geográfica de exercício. O CPC 22 foi aprovado na data de 26/06/2009 e divulgado em 31/07/2009 e é equivalente à IFRS 8 do IASB.

Martins e Paulo (2010) constatam que as investigações realizadas com empresas no Brasil apontam que, a adoção das IFRS refletiu na análise financeira das empresas estudadas observando variações positivas em determinados indicadores, impactando as demonstrações contábeis das companhias e seus indicadores de desempenho. As maiores variações se devem às divergências de reconhecimento de receitas e apropriação das despesas existentes entre o padrão contábil brasileiro (BR GAAP, ou *Generally Accepted Accounting Principles* do Brasil) e as IFRS. Embora alguns estudos tenham destacado a não significância estatísticas dessas diferenças, os autores atentam para as influências que estas divergências podem causar na tomada de decisão. Afirmam que a introdução das IFRS no padrão contábil brasileiro é uma prática cada vez mais comum e que as divergências entre os indicadores devem diminuir

ao longo do tempo, tornando-as insignificantes. Também informam que os resultados observados se restringem ao grupo de companhias abertas que compuseram a amostra.

2.4 Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA, foi inserida pela Lei 11.638/2007 como obrigatória no conjunto de demonstrações financeiras que as companhias abertas devem publicar ao final de cada exercício social. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis também se manifestou a respeito da DVA através do CPC 09 (IUDÍCIBUS, 2010).

A DVA, de acordo com De Luca (1998) “é um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração”. A DVA informa a riqueza que foi gerada individualmente por uma entidade por meio da evidenciação da distribuição da riqueza adicionada entre as diferentes remunerações, como salários, impostos, juros, aluguéis, dividendo e também os valores retidos pela empresa.

O trabalho de Santos e Hashimoto (2003) diferencia a DVA da demonstração do resultado do exercício - DRE, que objetiva informar a parte do valor adicionado pertencente aos sócios, enquanto a DVA evidencia não somente a parcela atribuível aos acionistas, mas também a parte que pertence aos credores, aos empregados, além da quota que vai para o governo. Essa demonstração tem força própria, pois contém informações que mesmo sozinhas são conclusivas e úteis (CUNHA, RIBEIRO e SANTOS, 2005).

Santos e Lustosa (1998, apud CUNHA, RIBEIRO e SANTOS, 2005, p. 9) tratam da DVA da seguinte maneira:

“A distribuição do valor adicionado equivale ao conceito macroeconômico de Renda Nacional. A transformação de recursos intermediários em produtos e serviços finais só é possível pelo emprego dos fatores de produção (trabalho, capital, governo, empresa). Em termos gerais, a remuneração destes fatores (salário, juro, aluguel, imposto e lucro) pelas empresas constitui a renda em poder da sociedade, que retorna às empresas tanto na aquisição de seus produtos e serviços como sob a forma de novos financiamentos, reiniciando o ciclo econômico.”.

Levando em consideração o viés econômico da DVA, ela será de grande importância para o trabalho, pois permite observar dados contábeis dispostos de maneira que possibilite relacionar as riquezas geradas pelas empresas com as exportações, facilitando a elaboração da base de dados, que é essencial para o trabalho.

3 METODOLOGIA

De acordo com as classificações de tipo de pesquisa segundo Gerhardt e Silveira (2009), o presente estudo é classificado, quanto à abordagem, como pesquisa quantitativa, pois pode ser expressa quantitativamente. Quanto à natureza a pesquisa é aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, envolvendo verdades e interesses locais. Quanto aos objetivos, o trabalho é classificado como descritivo pois, de acordo com Moraes (2005), ele visa observar, registrar e descrever as características de um fenômeno ocorrido em uma amostra ou população sem analisar o mérito de seu conteúdo, ou seja, o objetivo do estudo é descrever o fato em si. Quanto aos procedimentos, a pesquisa é classificada como de levantamento, que é o mais utilizado em pesquisas descritivas, pois define uma amostra para estudo.

A proposta metodológica deste trabalho é a utilização da estatística descritiva, que estuda a relação entre características de variáveis de uma população, ou seja, possibilita a obtenção de dados através de meios matemáticos para a coleta, organização, descrição, análise dos dados e a melhor opção para a tomada de decisão.

Os principais indicadores da estatística descritiva são as medidas de tendência central e as medidas de dispersão. As medidas de tendência central mais utilizadas são a média aritmética, mediana e moda; indicadores que permitem que se tenha um resumo do modo como se distribuem as variáveis de um estudo. As medidas de dispersão são o desvio padrão e a variância, que traduzem a variação de um conjunto de dados em torno da média, ou seja, quanto maior for a dispersão, menor é a concentração (MORAIS, 2005).

O trabalho utiliza tal metodologia de pesquisa com objetivo de descrever a relação entre abertura econômica e remunerações no nível da firma. Serão observadas apenas companhias abertas listadas no setor de consumo cíclico da BM&FBovespa, pois apenas elas devem obedecer a IFRS8 através do CPC 22.

Os dados utilizados na pesquisa pertencem ao período de 2009 a 2016, são eles: dados cadastrais, como data de constituição e país de origem; valor das vendas de mercadorias, produtos e serviços; distribuição do valor adicionado em pessoal, juros sobre capital próprio, dividendos, lucro retido, juros, aluguéis e impostos, taxas e contribuições; o pessoal empregado e a receita em mercado externo. A coleta de dados foi efetuada através do próprio site da BM&FBovespa, analisando a demonstração do valor adicionado e o formulário de referência.

3.1 Medidas de tendência central

As principais medidas de tendência central são média aritmética, mediana e moda. Essas medidas são indicadores que permitem que se tenha uma primeira ideia ou um resumo, do modo como se distribuem os dados de um estudo, informando sobre o valor da variável aleatória (MORAIS, 2005).

Nesta pesquisa será utilizada apenas a média aritmética simples, obtida por meio da soma de todos os valores de uma variável dividida pelo número de observações, descrita pela seguinte equação:

$$\bar{x} = \frac{\sum_{i=1}^n x_i}{n}$$

Onde: i é o número da observação em que se inicia o somatório (índice de somatório) e n é a quantidade de números contidos na somatória.

3.2 Medidas de dispersão

As principais medidas de dispersão absolutas são o desvio padrão e a variância, que traduzem a variação de um conjunto de dados em torno da média, ou seja, quanto maior for a dispersão, menor é a concentração (MORAIS, 2005).

Nessa pesquisa a única medida de dispersão absoluta utilizada será o desvio padrão. Será utilizada também a medida de dispersão relativa conhecida como coeficiente de correlação de Pearson.

3.2.1 Desvio padrão

O desvio padrão indica o valor do desvio da amostra em relação à média aritmética. Quanto menor o desvio, mais homogênea a amostra é considerada, indicando um padrão comportamental. Essa medida de dispersão é obtida através da raiz quadrada da média aritmética dos quadrados dos desvios, representada pela equação a seguir:

$$S = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2}{n}}$$

Onde: i é o número da observação em que se inicia o somatório (índice de somatório), n é a quantidade de números contidos na somatória e \bar{x} é a média de x .

3.2.2 Coeficiente de variação

O coeficiente de variação (C.V.) é utilizado para comparar a variabilidade dos dados em relação à média, usualmente expresso em porcentagem, quanto menor for o C.V. maior a homogeneidade do conjunto, classificado como homogêneo quando menor ou igual a 25%. O coeficiente é representado pela seguinte equação:

$$C.V = \frac{S}{\bar{x}} \cdot 100$$

Onde: S é o desvio padrão e \bar{x} é a média de x .

3.3 Coeficiente de correlação de Pearson

O coeficiente de correlação de Pearson é utilizado para comparar duas ou mais séries de valores, onde x é a matriz constante e y é a matriz variável, e varia de um a menos um, onde o maior valor indica uma correlação perfeita, ou seja, quando determinada variável aumenta 100% a outra também aumenta 100% e o menor valor indica uma correlação completamente negativa, ou seja, quando determinada variável aumenta 100%, a outra diminui 100%; quando é zero, as variáveis não têm correlação. O coeficiente é representado pela seguinte equação:

$$\rho = \frac{\sum(x-\bar{x})(y-\bar{y})}{\sqrt{\sum(x-\bar{x})^2 \sum(y-\bar{y})^2}}$$

Onde: x representa um número da matriz constante, \bar{x} representa a média dessa matriz, y representa um número da matriz variável e \bar{y} representa a média dessa matriz.

3.4 Taxa de variação

A taxa de variação é calculada através de uma unidade subtraindo o valor presente dividido pelo valor passado, e é utilizada para identificar o crescimento ou decréscimo de uma variável de um ano para outro, usualmente expresso em porcentagem. Para efetuar o cálculo, foi efetuado o deflacionamento dos valores para preços correntes e constantes através da variação acumulada do índice de preços ao atacado (IPA) acumulado. A seguir é apresentada a equação da taxa de crescimento:

$$v(x) = \frac{x_t}{x_{t-1}} - 1$$

Onde: x_t é o valor presente e x_{t-1} é o valor passado.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A amostra da pesquisa abrange companhias de capital aberto do setor de consumo cíclico. A base de dados foi obtida a partir do site da BM&FBovespa, e abrange o período de 2009 a 2016. As empresas listadas no site da BM&FBovespa podem ser pesquisadas por setor de atuação, cada setor é dividido em subsetores e segmentos. Existem 10 setores na listagem da BM&FBovespa, dos quais apenas o setor de consumo cíclico foi selecionado para a amostra. Esse setor é dividido em 9 subsetores e 23 segmentos, o segmento de eletrodomésticos foi classificado em dois subsetores e o segmento de edificações foi excluído da amostra por suas características contratuais, portanto a contagem de segmentos da amostra é de 21.

Esta seção é dividida em duas subseções, das quais a primeira demonstra a composição da amostra e a segunda descreve a relação entre abertura econômica e remunerações.

4.1 Composição da amostra

Esta subseção visa apresentar a composição da amostra, pois sua compreensão auxilia na análise dos dados estatísticos. As composições da amostra foram divididas 3 categorias para comparação sendo elas da amostra total, da amostra total sem o segmento de edificações e do segmento de edificações. As empresas do setor foram qualificadas como exportadoras, não-exportadoras ou excluídas.

4.1.1 Composição da amostra total

Como foi dito anteriormente, a pesquisa retirou dados de empresas listadas no setor de consumo cíclico da BM&FBovespa através de documentos disponibilizados no site. A tabela a seguir descreve a quantidade anual de empresas exportadoras e não-exportadoras contidas na amostra, bem como as que foram excluídas da análise por não apresentarem dados completos.

Tabela 1: Composição do setor de consumo cíclico e da amostra de empresas listadas na BM&FBOVESPA segregadas em categorias entre 2009 e 2016, em unidades.

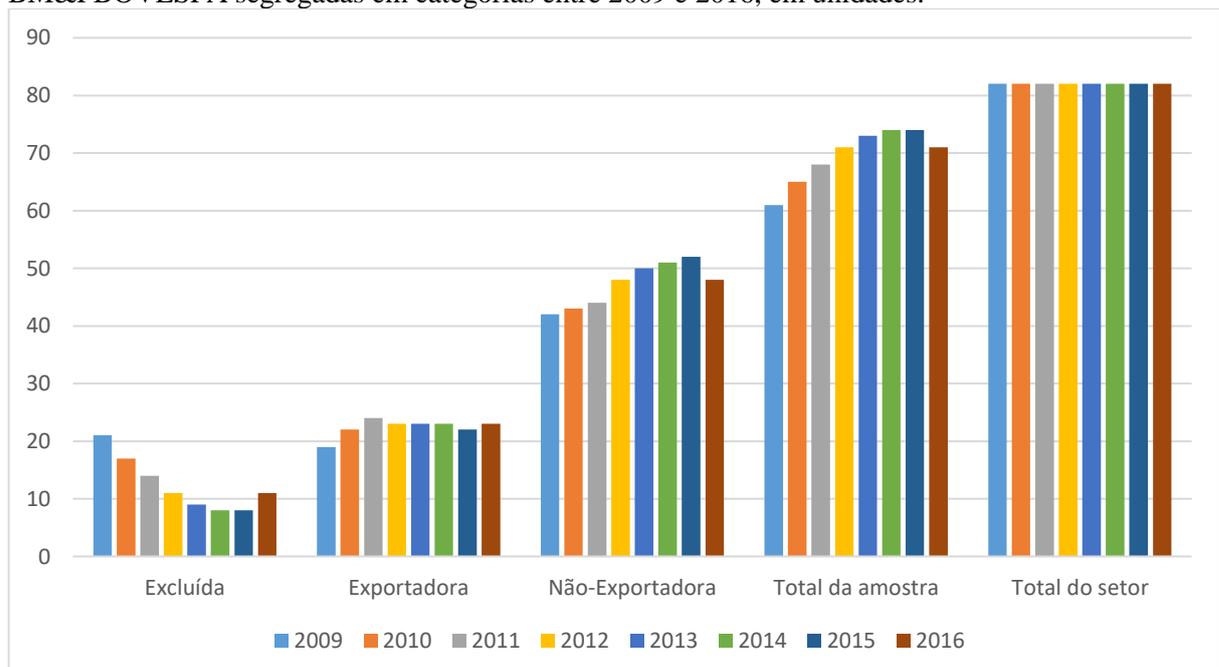
Ano\Categoria	Excluída	Exportadora	Não-Exportadora	Total da Amostra	Total do Setor
2009	21	19	42	61	82
2010	17	22	43	65	82
2011	14	24	44	68	82
2012	11	23	48	71	82
2013	9	23	50	73	82
2014	8	23	51	74	82
2015	8	22	52	74	82
2016	11	23	48	71	82

Fonte: Dados da pesquisa obtidos a partir do site da BM&FBovespa em 2017.

É possível observar através da tabela quantas empresas foram excluídas da amostra, quantas exportaram ou não exportaram anualmente. O setor é composto por 82 empresas. Aquelas que não disponibilizaram as informações necessárias para a pesquisa foram classificadas como excluídas nos anos em que não foram obtidos os dados necessários. Na coluna ‘Total da Amostra’ pode ser observada a quantidade de empresas que compuseram a amostra entre 2009 e 2016.

A seguir, é apresentado o gráfico da tabela 1 para a melhor análise das mutações na composição da amostra no decorrer dos anos.

Gráfico 1: Composição do setor de consumo cíclico e da amostra de empresas listadas na BM&FBOVESPA segregadas em categorias entre 2009 e 2016, em unidades.



Fonte: Dados da pesquisa obtidos a partir do site da BM&FBovespa em 2017.

Ao analisar o gráfico é possível inferir que o número de empresas não-exportadoras supera o volume de empresas exportadoras em todos os anos. As empresas excluídas da amostra decresceram no decorrer dos anos, com exceção do ano de 2016, onde houve empresas que não disponibilizaram as informações até a data de consulta da pesquisa. O decréscimo de empresas excluídas significa que cada vez mais empresas estão divulgando suas informações de maneira adequada. O número de empresas exportadoras se comportou de maneira mais homogênea no decorrer dos anos, já na categoria não-exportadora houve maior variação.

4.1.2 Composição da amostra sem o segmento “Edificações”

Para possibilitar a melhor análise de dados posteriormente, esta subdivisão apresenta a amostra com a exclusão do segmento de edificações. A exclusão do segmento se dá ao fato de suas características contratuais, a quantidade de terceirizados das empresas contidas nesse segmento se mostra muito superior à quantidade de colaboradores próprios, alterando em muito o comportamento da variável “salários médios” onde se calcula o salário com base no número de colaboradores próprios da empresa. A composição da amostra sem o segmento de edificações pode ser observada na seguinte tabela:

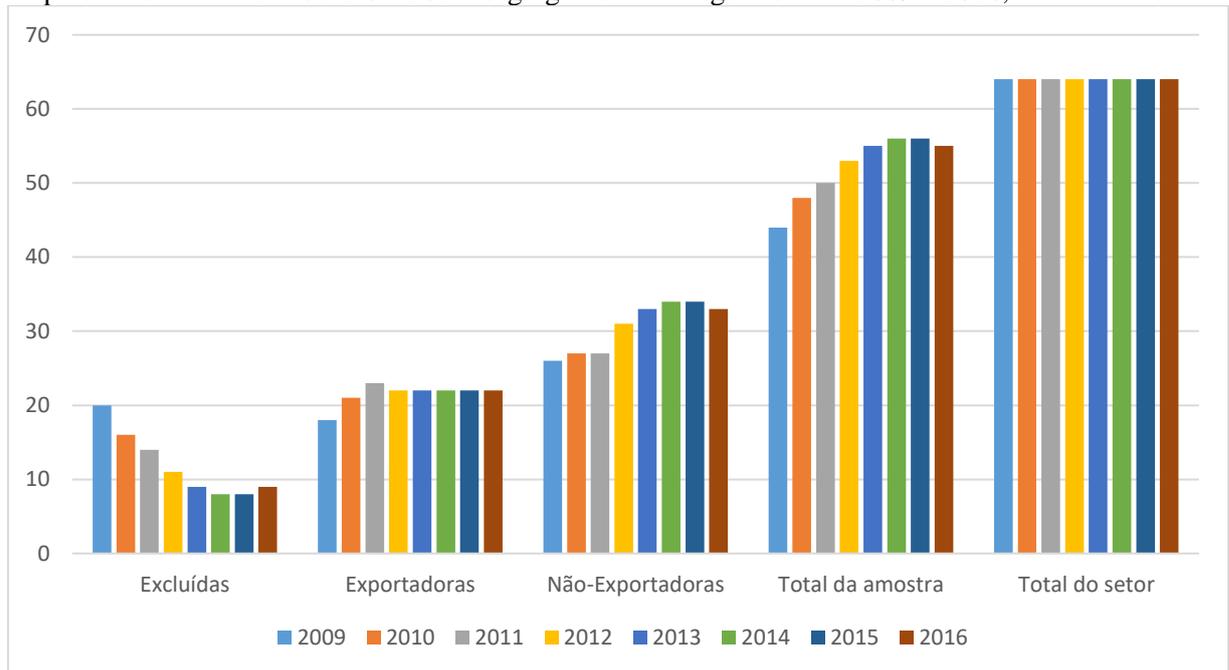
Tabela 2: Composição do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” e da amostra de empresas listadas na BM&FBOVESPA segregadas em categorias entre 2009 e 2016, em unidades.

Ano\Categoria	Excluída	Exportadora	Não-Exportadora	Total da Amostra	Total do Setor
2009	20	18	26	44	64
2010	16	21	27	48	64
2011	14	23	27	50	64
2012	11	22	31	53	64
2013	9	22	33	55	64
2014	8	22	34	56	64
2015	8	22	34	56	64
2016	9	22	33	55	64

Fonte: Dados da pesquisa obtidos a partir do site da BM&FBovespa em 2017.

Ao analisar a tabela, observa-se que o número de empresas contidas no setor é de 64, as empresas foram segregadas em três categorias: excluída, exportadora ou não exportadora. A seguir será apresentado um gráfico para auxílio visual da análise ao decorrer dos anos que a pesquisa abrange:

Gráfico 2: Composição do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” e da amostra de empresas listadas na BM&FBOVESPA segregadas em categorias entre 2009 e 2016, em unidades.



Fonte: Dados da pesquisa obtidos a partir do site da BM&FBovespa em 2017.

Comparando este gráfico ao anterior pode ser observado que no número de empresas não-exportadoras decresceu consideravelmente enquanto as empresas exportadoras se mantiveram a um volume similar, as empresas excluídas continuaram diminuindo anualmente com exceção do ano de 2016, o aumento de exclusões de 2015 a 2016 pode ser justificada pela falta de disponibilidade de informações na data em que foi realizada a obtenção de dados.

4.1.3 Composição do segmento de edificações

Como dito anteriormente que o segmento de edificações se diferenciou dos outros segmentos, essa diferença resultou na análise separada deste segmento, a composição dessa amostra que será informada na tabela a seguir:

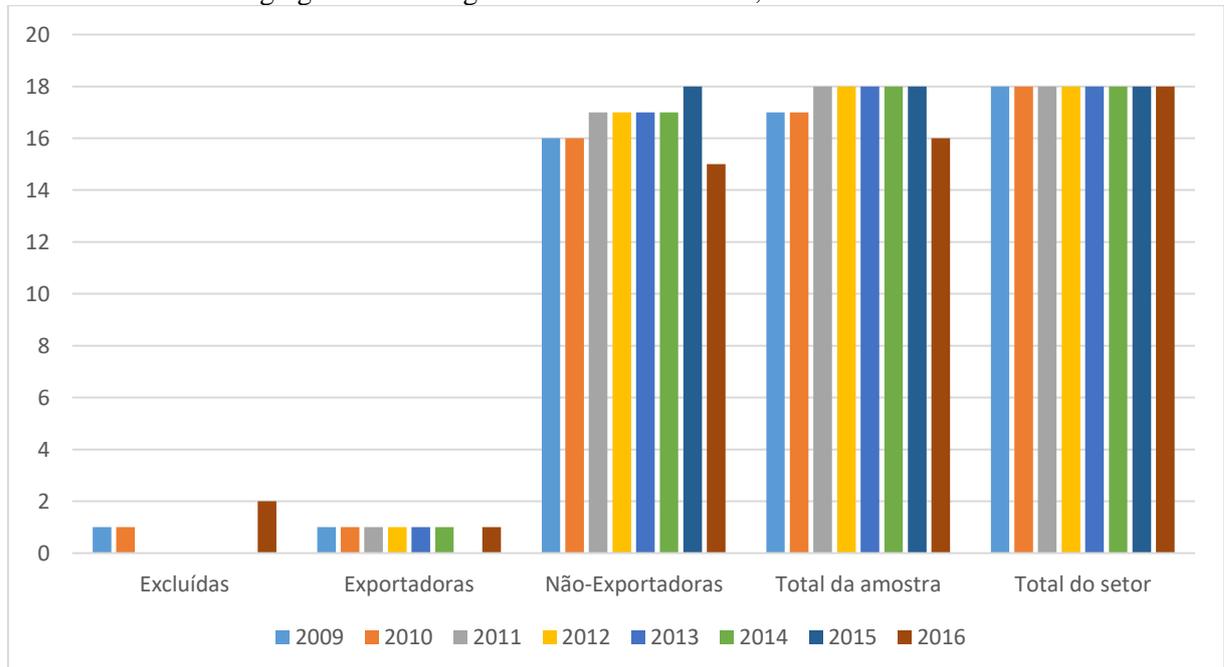
Tabela 3: Composição do segmento “edificações” e da amostra de empresas listadas na BM&FBOVESPA segregadas em categorias entre 2009 e 2016, em unidades.

Ano\Categoria	Excluída	Exportadora	Não-Exportadora	Total da Amostra	Total do Segmento
2009	1	1	16	17	18
2010	1	1	16	17	18
2011	0	1	17	18	18
2012	0	1	17	18	18
2013	0	1	17	18	18
2014	0	1	17	18	18
2015	0	0	18	18	18
2016	2	1	15	16	18

Fonte: Dados da pesquisa obtidos a partir do site da BM&FBovespa em 2017.

A tabela informa que há 18 empresas no segmento com poucas exclusões no decorrer dos anos, há apenas uma empresa exportadora, e a mesma não exportou em 2015, essa característica da amostra é essencial para a pesquisa, em seguida é apresentada uma tabela para facilitar a visualização das características da amostra do segmento.

Gráfico 3: Composição do segmento “edificações” e da amostra de empresas listadas na BM&FBOVESPA segregadas em categorias entre 2009 e 2016, em unidades.



Fonte: Dados da pesquisa obtidos a partir do site da BM&FBovespa em 2017.

Ao se observar o gráfico é evidente tanto a predominância de empresas não-exportadoras na amostra quanto a homogeneidade de suas categorias, tal homogeneidade indica que as empresas do segmento que não exportam dificilmente passam a exportar. O fato do segmento apresentar apenas uma empresa exportadora impossibilita a análise da relação

entre abertura econômica e remunerações, portanto a pesquisa trabalhará com a amostra que exclui este segmento.

4.2 Análise da relação das exportações com empregabilidade e remuneração

Este subtítulo tem como objetivo analisar a relação das exportações com remunerações e empregabilidade das empresas contidas no setor sem a participação do segmento de edificações. Primeiramente é investigada a taxa de crescimento do volume de exportações e da participação das exportações nas receitas das empresas. A análise da relação das exportações e as remunerações é realizada com o auxílio de fórmulas estatísticas básicas, tais como média e desvio padrão das remunerações, comparando os resultados entre o grupo de empresas exportadoras e não-exportadoras com auxílio do coeficiente de variação. A correlação de Pearson auxilia na verificação da associação entre a exportação e as diferentes remunerações.

As remunerações estudadas são a remuneração de funcionários: salário médio (obtido através da razão entre remuneração direta e número de colaboradores da empresa, sem incluir terceirizados); a remuneração do governo: impostos, taxas e contribuições; a remuneração de agentes financiadores: juros, aluguéis; a remuneração de acionistas: juros sobre capital próprio, dividendos; e a remuneração da empresa: o lucro ou prejuízo retidos.

O número de colaboradores das empresas foi obtido através do formulário de referência¹ e as remunerações citadas são disponibilizadas na demonstração do valor adicionado (DVA). Essa demonstração é de elaboração obrigatória para companhias de capital aberto listadas na BM&FBovespa com sede no Brasil. Tanto a DVA quanto o formulário de referência são disponibilizados no próprio site da BM&FBovespa.

Na primeira subseção são analisadas as taxas de crescimento da exportação e da sua participação na receita; na subseção 4.2.2 são analisadas as médias das remunerações nos grupos exportadoras e não-exportadoras; na subseção 4.2.3 são analisados os desvios padrões das remunerações nos grupos exportadoras e não-exportadoras; na subseção 4.2.4 são analisados os coeficientes de variação das remunerações nos grupos exportadoras e não-exportadoras; na subseção 4.2.5 são analisadas as correlações entre exportação e remunerações nos grupos exportadoras e não-exportadoras.

¹ O formulário de referência é um documento eletrônico, de encaminhamento periódico, previsto no art. 24 da Instrução CVM 480, que tem por objetivo concentrar as principais informações referentes ao emissor.

4.2.1 Taxa de crescimento das exportações e de sua participação na receita

Para obtenção do crescimento das exportações foi necessário deflacionar os valores das exportações e das receitas. Para efetuar a deflação, foi utilizada a variação acumulada do IPA, obtendo-se com isso valores constantes no ano de 2009. Foi calculada a taxa de crescimento desses valores, resultando na tabela a seguir:

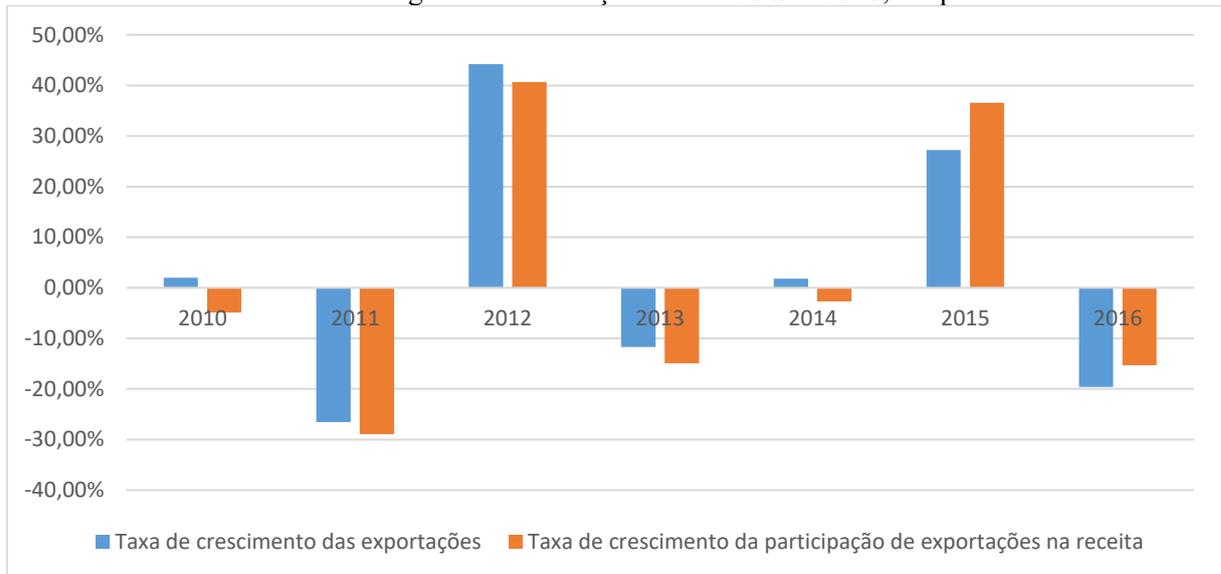
Tabela 4: Taxa de crescimento anual das exportações e da participação das exportações na receita do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em percentual.

Ano	Taxa de crescimento das exportações	Taxa de crescimento da participação de exportações na receita
2009/2010	1,97%	-4,91%
2010/2011	-26,56%	-28,92%
2011/2012	44,24%	40,69%
2012/2013	-11,71%	-14,91%
2013/2014	1,81%	-2,67%
2014/2015	27,22%	36,57%
2015/2016	-19,60%	-15,28%

Fonte: Dados da pesquisa obtidos a partir do site da BM&FBovespa em 2017.

A tabela 4 apresenta os valores das taxas de crescimento das exportações e de sua participação na receita das empresas exportadoras do setor de consumo cíclico. Essas taxas, em conjunto com a correlação das variáveis, permitem a compreensão do comportamento das variáveis em cada ano. A taxa de crescimento das exportações varia bastante no decorrer dos anos, apresentando variações máxima de 44,24% e mínima de 1,81%, com pontos de máximo e mínimo, respectivamente, em 44,24% em 2012 e -26,56% em 2011. O gráfico seguinte apresenta auxílio visual para a análise dos dados:

Gráfico 4: Taxa de crescimento anual das exportações e da participação das exportações na receita do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em percentual.



Fonte: Dados da pesquisa obtidos a partir do site da BM&FBovespa em 2017.

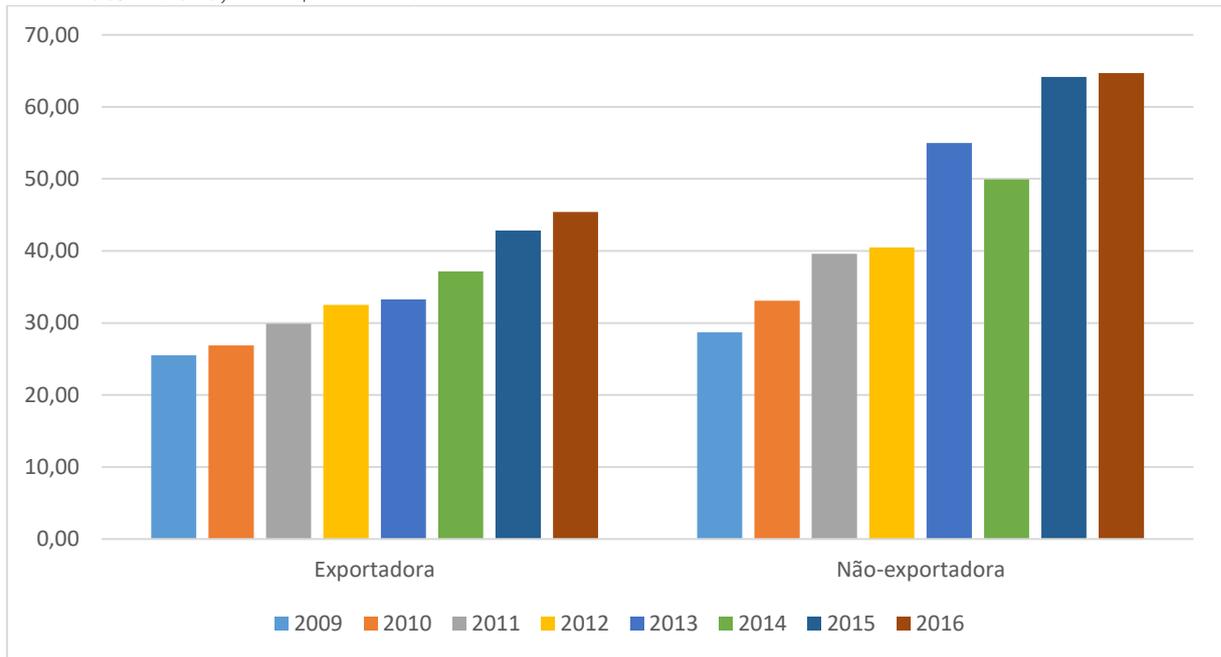
O gráfico acima permite a percepção comparativa do comportamento das taxas de crescimento das exportações e de sua participação na receita. No período de 2009 a 2014, a participação das exportações na receita sofre alterações negativas em comparação com as do volume das exportações, entretanto em 2015 e 2016 a variação da participação se mostrou positiva em comparação à do crescimento das exportações, esse comportamento pode indicar que empresas exportadoras têm destinado uma maior parte de seus recursos para a atividade de exportação.

4.2.2 Média das remunerações

Foi obtida a média das remunerações das empresas exportadoras e não exportadoras com o intuito de estabelecer uma medida central e analisar a diferença entre empresas exportadoras e não exportadoras do setor de consumo cíclico.

A tabela 5 localizada no anexo A demonstra a média anual de cada remuneração das empresas exportadoras e não-exportadoras. A seguir serão apresentados dois gráficos para auxílio visual da análise comparativa:

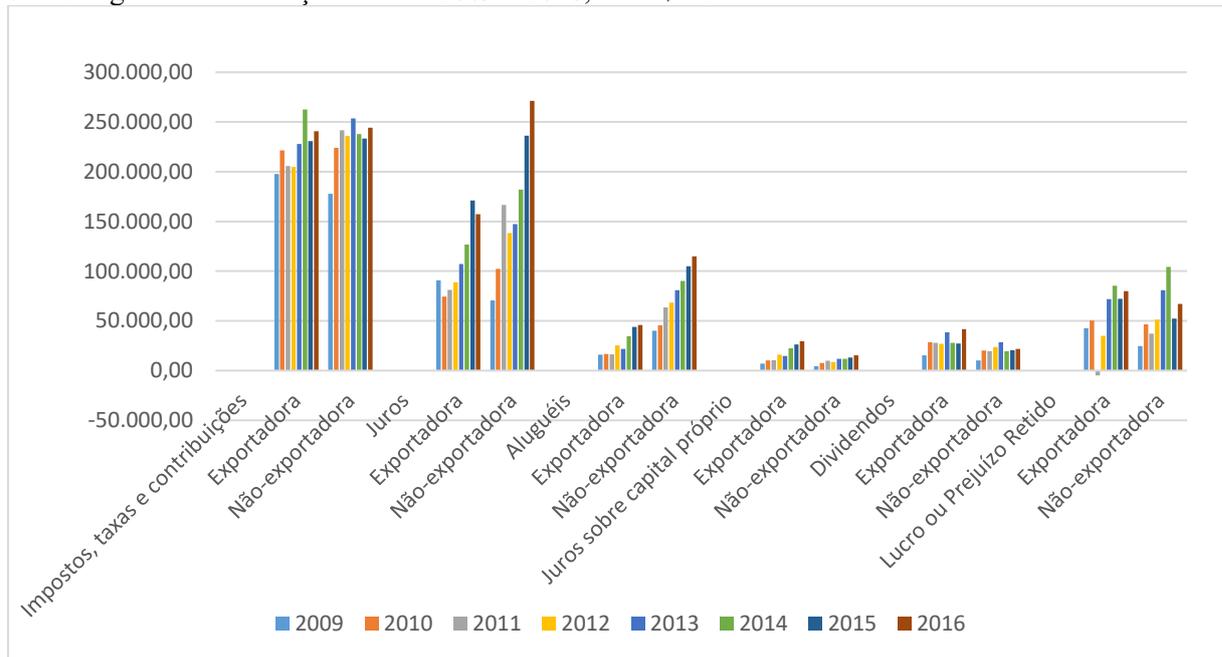
Gráfico 5: Média anual do salário médio do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em R\$ milhares.



Fonte: Dados da pesquisa obtidos a partir do site da BM&FBovespa em 2017.

O gráfico da média da remuneração dos empregados é apresentado separadamente das outras variáveis por estar em menor escala. É observado que o salário médio é menor nas empresas exportadoras, isso pode indicar que empresas exportadoras estão remunerando menos seus colaboradores ou que a proporção entre colaboradores de baixa remuneração e o total de colaboradores é maior nas empresas exportadoras.

Gráfico 6: Média anual das remunerações sem a variável “Salário médio” do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em R\$ milhares.



Fonte: Dados da pesquisa obtidos a partir do site da BM&FBovespa em 2017.

O gráfico acima apresenta comparativamente a média de cada remuneração das empresas exportadoras e não-exportadoras ao decorrer dos anos.

a) Na variável “impostos, taxas e contribuições” é observado que apenas nos anos de 2009 e 2014 a média das empresas exportadoras é maior. Esse comportamento indica que empresas exportadoras tendem a destinar menos remuneração ao governo.

b) As variáveis que compõem a remuneração de agentes financiadores são “juros” e “aluguéis”. O comportamento da média dessas variáveis é similar, observando-se que empresas exportadoras tendem remunerar menos os agentes financiadores. Esse comportamento das médias pode indicar que empresas exportadoras são menos dependentes de capital de terceiros.

c) A remuneração dos acionistas é expressa através das variáveis “dividendos” e “juros sobre capital próprio”. É observado no gráfico que a média das empresas exportadoras, tanto em dividendos quanto em juros sobre capital próprio, é superior à das empresas não exportadoras. Tal comportamento indica que empresas exportadoras destinam mais remuneração a seus acionistas.

d) A variável “lucro ou prejuízo retido” compõe a remuneração da empresa. O comportamento da média dessa variável, no período de 2011 a 2014, evidencia que as empresas exportadoras retêm menos lucro na empresa, entretanto nos outros anos estudados o

comportamento da média demonstra o contrário. Quanto maior a média dessa variável, maior é a destinação de recursos para a própria empresa.

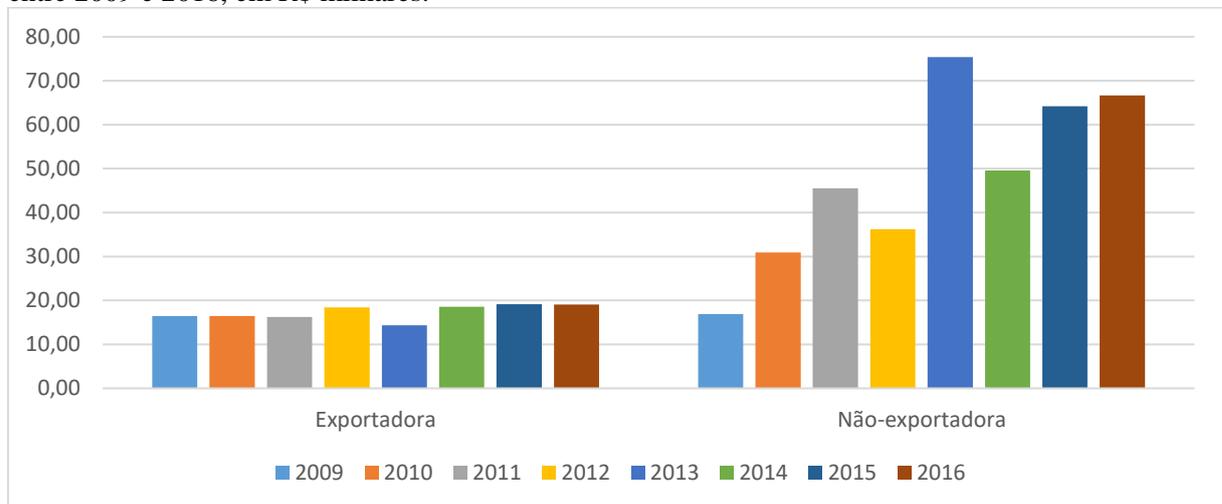
Esses resultados apontam que as empresas exportadoras do setor de ‘consumo cíclico’ tendem a remunerar melhor o fator de produção capital do que o fator de produção trabalho.

4.2.3 Desvio padrão das remunerações

Foi obtido o desvio padrão das remunerações com o objetivo de analisar comparativamente empresas exportadoras e não-exportadoras que compõem a amostra. Para auxiliar a análise foi calculado o coeficiente de variação das remunerações, pois o desvio padrão isolado permite a interpretação absoluta dos valores, já o coeficiente de variação permite a interpretação relativa à média.

A tabela 6 localizada no anexo B demonstra o desvio padrão anual de cada remuneração das empresas exportadoras e não exportadoras. A seguir são apresentados dois gráficos para análise comparativa:

Gráfico 7: Desvio Padrão do salário médio do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em R\$ milhares.

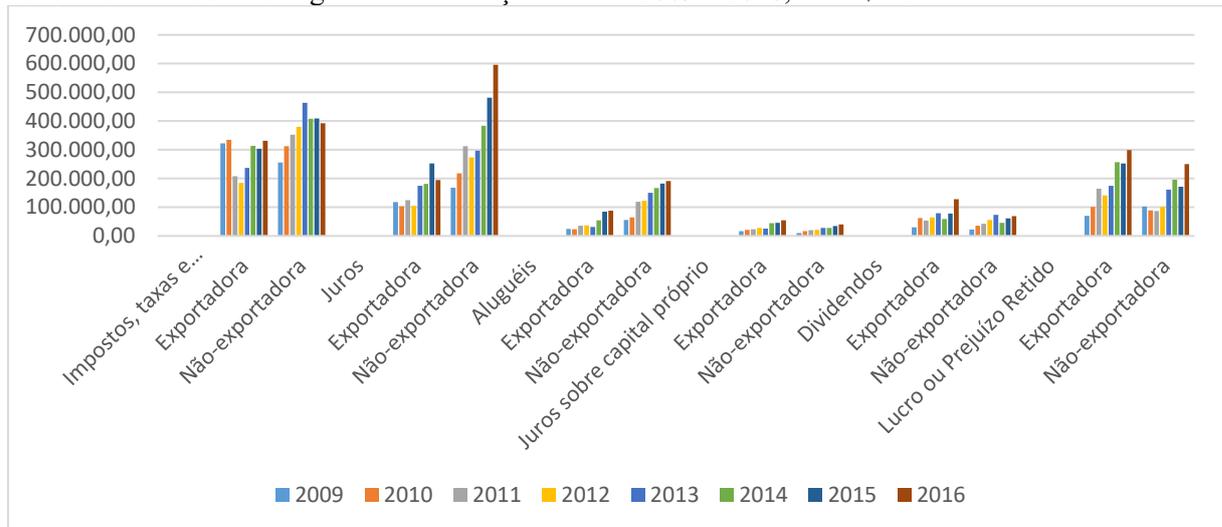


Fonte: Dados da pesquisa obtidos a partir do site da BM&FBovespa em 2017.

O gráfico do desvio padrão dos salários médios de empresas exportadoras e não-exportadoras foi elaborado separadamente das outras variáveis por sua escala ser menor.

Quanto ao desvio padrão da remuneração dos empregados, calculado através da variável “salário médio”, observa-se maior constância e menor volume nas empresas exportadoras em comparação a empresas não-exportadoras, indicando maior homogeneidade do pagamento a funcionários entre as empresas exportadoras.

Gráfico 8: Desvio Padrão das remunerações anuais sem a variável “Salário médio” do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em R\$ milhares.



Fonte: Dados da pesquisa obtidos a partir do site da BM&FBovespa em 2017.

Como pode ser observado no gráfico acima, é apresentado de forma comparativa o desvio padrão da remuneração do governo, de agentes financiadores e de acionistas das empresas exportadoras e não-exportadoras nos anos pesquisados.

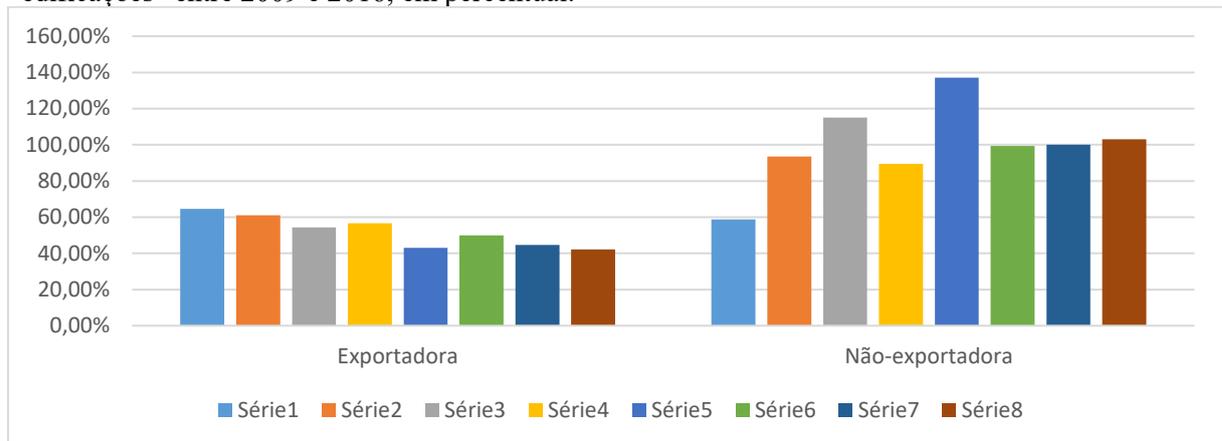
- a) Sobre a remuneração do governo, é observado que apenas nos dois primeiros anos o desvio padrão das empresas exportadoras é maior, indicando que a partir de 2011 essas empresas tiveram menor variação na destinação de recursos para o governo, em comparação com empresas não-exportadoras.
- b) A remuneração de agentes financiadores, expressa pelas variáveis “juros” e “aluguéis”, apresentou menor desvio padrão nas empresas exportadoras em comparação com as não exportadoras, indicando menor variação no valor da remuneração.
- c) A respeito da remuneração de acionistas, composta pelas variáveis “dividendos” e “juros sobre capital próprio”, é observado que as empresas exportadoras apresentam maior desvio padrão, indicando que há maior variação da remuneração de acionistas nas empresas exportadoras.
- d) O desvio padrão na remuneração da empresa, calculado pela variável “lucro ou prejuízo retido”, é maior nas empresas exportadoras do que nas não-exportadoras, indicando maior volatilidade na remuneração da empresa nessa categoria.

Esses resultados indicam que a remuneração de empregados é mais homogênea nas empresas exportadoras, enquanto que a remuneração dos outros agentes (governo, agentes financiadores e acionistas) é mais heterogênea. Isso significa que o ganho obtido de exportações pode se destinar diferentemente entre os ganhos de capital, enquanto que para o trabalho parece não interferir.

4.2.4 Coeficiente de variação

Levando em consideração que a análise relativa do desvio padrão depende da média, foi efetuado o cálculo do coeficiente de variação das empresas exportadoras e não-exportadoras, os valores obtidos são apresentados na tabela 7, localizada no anexo C, a seguir é apresentado o gráfico da tabela para a análise das remunerações.

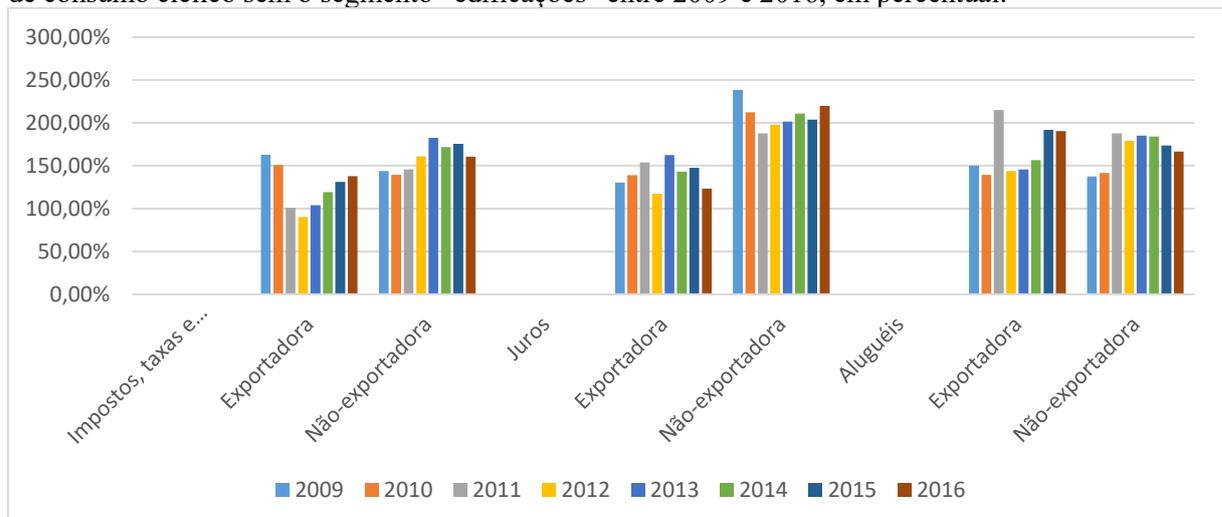
Gráfico 9: Coeficiente de variação do salário médio do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em percentual.



Fonte: Dados da pesquisa obtidos a partir do site da BM&FBovespa em 2017.

Quanto à remuneração de funcionários, o coeficiente de variação se apresenta em menor intensidade nas empresas exportadoras, indicando que elas remuneram seus colaboradores de maneira mais homogênea em comparação às empresas não-exportadoras.

Gráfico 10: Coeficiente de variação das remunerações do governo e de agentes financiadores do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em percentual.



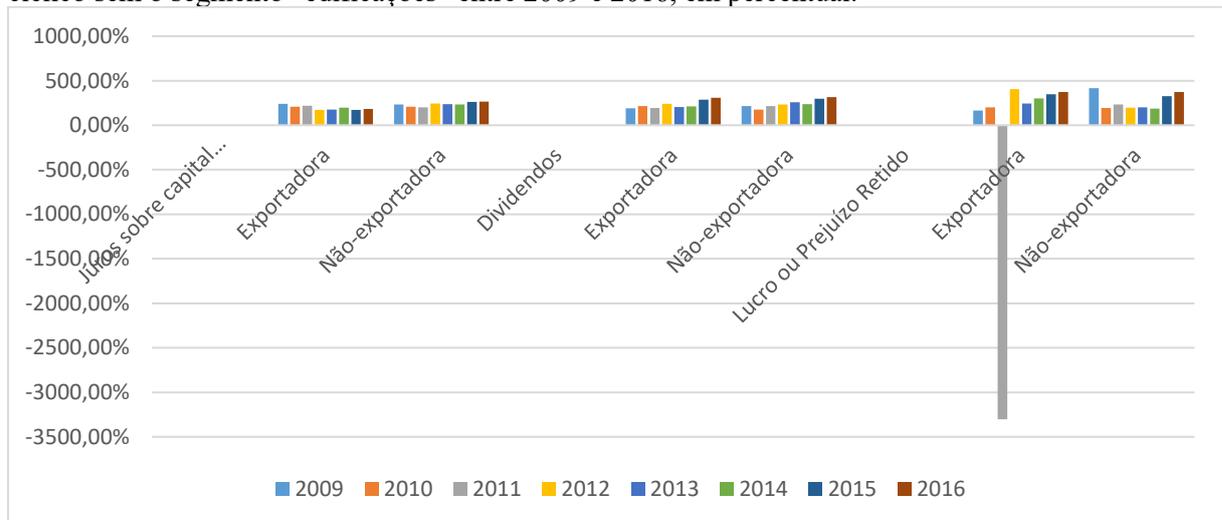
Fonte: Dados da pesquisa obtidos a partir do site da BM&FBovespa em 2017.

a) Na remuneração do governo, é observado que o coeficiente de variação das empresas exportadoras é menor, em relação às empresas não-exportadoras, a partir de 2011. Esse

comportamento indica que a remuneração em questão é mais homogênea nas empresas exportadoras a partir de 2011.

b) A respeito da remuneração de agentes financiadores, composta pelas variáveis “juros” e “aluguéis”, o coeficiente de variação das empresas exportadoras se comporta de maneira mais homogêneas na variável juros e menos em aluguéis em relação às empresas não-exportadoras.

Gráfico 11: Coeficiente de variação das remunerações de acionistas e da empresa do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em percentual.



Fonte: Dados da pesquisa obtidos a partir do site da BM&FBovespa em 2017.

a) Sobre a remuneração de acionistas, é observado que o coeficiente de variação, na variável “juros sobre capital próprio”, é menor a partir do ano de 2012 nas empresas exportadoras em relação às não-exportadoras. Já na variável “dividendos”, o coeficiente de variação é maior nas empresas exportadoras, em comparação com as não-exportadoras, apenas nos anos 2010 e 2012. Analisando a remuneração como um todo, as empresas exportadoras apresentam maior homogeneidade comparando com as empresas não-exportadoras.

b) Quanto à remuneração da empresa, empresas exportadoras apresentam um coeficiente de variação menor do que empresas não-exportadoras apenas nos anos de 2009 e 2011. Ou seja, a variação da remuneração da empresa nas empresas exportadoras é maior, indicando menor homogeneidade entre elas. A variação atípica e acentuada no ano de 2011 é justificada pela média da remuneração das empresas ter sido baixa e negativa.

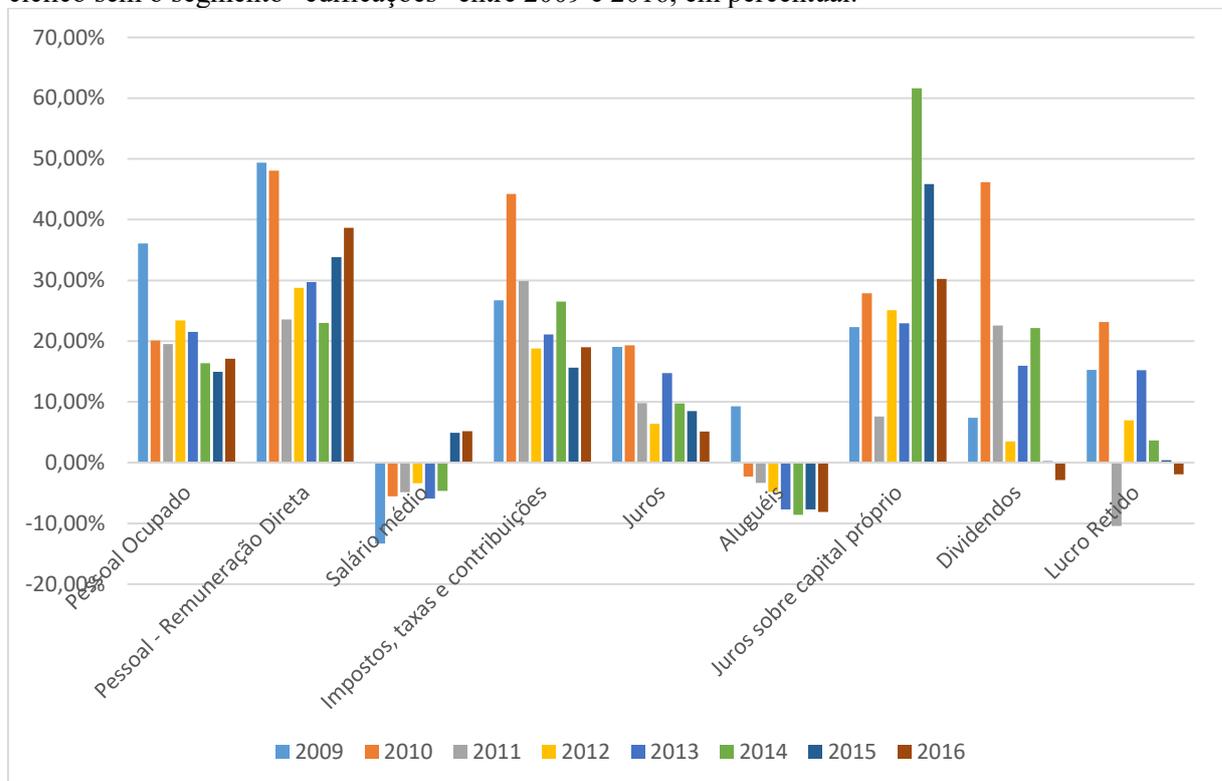
Esses resultados corroboram o que foi observado com o desvio padrão, embora aponte para maior homogeneidade nas remunerações de trabalho e de capital, quando há alterações

em um ano ou outro, ocorrem nas remunerações de capital, enquanto do trabalho se mantém homogênea em todos os anos.

4.2.5 Correlação de Pearson

Para se analisar a relação da exportação com pessoal ocupado e remunerações foi obtido o coeficiente de Pearson. O resultado deste cálculo é evidenciado na tabela 8 que se encontra no anexo D. Para o auxílio na interpretação da tabela, foi elaborado um gráfico da mesma:

Gráfico 12: Correlação entre exportações e variáveis das remunerações anuais do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em percentual.



Fonte: Dados da pesquisa obtidos a partir do site da BM&FBovespa em 2017.

O gráfico 12 evidencia a relação entre exportação e diversas variáveis.

- a) Quanto à empregabilidade, observada pela variável pessoal ocupado, é apontado que quanto mais exportações a empresa efetua, maior é a empregabilidade da mesma, ainda que a proporção do aumento tenha diminuído ao decorrer do tempo.
- b) Quanto à remuneração de colaboradores, a variável remuneração direta apresenta relação positiva com a exportação, apontando que quanto mais as empresas exportam, maior é o gasto com funcionários. Entretanto, a relação da exportação com a variável salário médio era baixa e negativa até o final de 2014, passando a ficar positiva e mantendo-se baixa em

2015 e 2016. O comportamento dessa correlação aponta que até 2014, não há associação entre exportação e maiores salários. Entretanto, a partir de 2015, o aumento da correlação para um nível positivo indica que empresas exportadoras passam a ter relação positiva das exportações com a remuneração de funcionários. Embora positiva, essa correlação mantém-se baixa, indicando que as exportações não possuem intensidade o suficiente para impactar positivamente os salários.

c) Quanto à remuneração do governo, obtida através da relação da variável “impostos, taxas e contribuições” com as exportações, a correlação é positiva em todos os anos, variando entre 18% e 44%, o que aponta que as empresas tendem a pagar mais impostos e taxas quanto mais exportarem.

d) Quanto à remuneração de agentes financiadores, foram utilizadas as variáveis “juros” e “aluguéis”. A variável juros mantém sua correlação positiva com as exportações, variando entre 5% e 19%. A variável aluguéis tinha correlação positiva com exportações em 9,29% no ano de 2009, entretanto, ao decorrer dos anos, a correlação se tornou cada vez mais negativa, dando a entender que, a partir de 2010, as empresas exportadoras gastam menos com aluguéis quanto mais exportarem.

e) Quanto à remuneração de acionistas, foram utilizadas as variáveis “juros sobre capital próprio” e “dividendos”. A correlação da variável juros sobre capital próprio se comporta de maneira positiva variando entre 7% e 61%. A correlação da variável dividendos se comportou de maneira positiva de 2009 a 2015 variando entre 0,25% e 46,2%. Em 2016 a correlação se tornou negativa em -2,85%. Dessa maneira, a correlação da remuneração de acionistas é considerada positivamente relacionada com as exportações, ou seja, quanto mais a empresa exporta, mais bem remunerados são os acionistas.

f) Quanto à remuneração da empresa, avaliada através da variável “lucros ou prejuízos retidos”, a correlação com as exportações é positiva, com exceção dos anos de 2011 e 2016. A correlação positiva aponta que quanto mais as empresas exportam, mais remuneração recebem para prosseguir com suas operações, acredita-se que a correlação negativa nos anos citados anteriormente se deve ao comportamento do mercado ou da economia.

Esses resultados apontam que há indícios de que as exportações contribuem para a geração de emprego, embora de forma decrescente no período. Apesar disso, as exportações parecem não favorecer o aumento no ganho do trabalho. Já os rendimentos de governo e de capital as exportações parecem contribuir para sua elevação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou analisar a relação das remunerações e empregabilidade com as exportações nas companhias abertas do setor de consumo cíclico, através de informações contábeis disponibilizadas no site da BM&FBovespa. A expectativa era determinar se essa relação confirma as hipóteses oferecidas pelas teorias de comércio exterior, quais sejam, a de que a abertura ao comércio exterior promoveria maior remuneração de salários e melhor distribuição de renda (FEENSTRA, 2004). Gonçalves (2008) diz em seu trabalho que é necessário o estudo no Brasil do comércio externo e seu impacto sobre emprego, remuneração e qualificação da mão-de-obra. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a relação das exportações com o emprego e as diferentes remunerações.

A comparação da taxa de crescimento das exportações com a taxa de crescimento de sua participação na receita indica que, a partir de 2015, empresas exportadoras passam a destinar mais recursos a exportações.

Sobre as remunerações das empresas exportadoras contidas na amostra, ainda que o gasto com funcionários, expresso pela variável “remunerações diretas”, tenha correlação positiva com a exportação durante todo o período estudado, o salário médio tinha correlação baixa e negativa com exportações até 2014, indo ao encontro dos estudos de Arbache, Dickerson, Green (2004) e Arbache e Corseuil (2004), onde se concluiu que a liberalização comercial brasileira afetou negativamente os salários e estruturas de emprego. Entretanto, em 2015 a correlação entre exportação e salário médio dos colaboradores se tornou positiva e aumentou em 2016, ainda que com baixa intensidade, indo de acordo com o trabalho de Dollar e Collier (2001). Já a remuneração de acionistas mantém correlação positiva com as exportações, indicando que empresas exportadoras remuneram melhor seus investidores. Isso parece indicar que o teorema de Stolper-Samuelson não se confirma, já que para o teorema um aumento no preço relativo de um bem acarreta no aumento no preço do fator utilizado de maneira mais intensiva na sua produção. Considerando que consumo cíclico engloba diferentes perfis de empresas, sendo algumas intensivas em capital, como vendas de automóveis e peças ferroviárias, e outras intensivas em mão de obra como lojas de varejo de roupas, os resultados podem camuflar os efeitos nas remunerações dos fatores intensivos de cada perfil.

A empregabilidade do setor estudado tem correlação positiva com exportações em todos os anos. Ainda que a intensidade da correlação tenha diminuído ao decorrer dos anos,

esse comportamento indicar que a necessidade de empregar para aumentar exportações está sendo reduzida,

O cálculo do coeficiente de variação resultou em valores muito altos, como não houve filtro geográfico além do nacional no estudo, este fenômeno pode estar relacionado com os estudos de Venables e Limão (2002) e com o de Chiquiar (2008), onde foi concluído que as regiões de um país podem se ligar de maneira diferente ao comércio externo, reagindo diferentemente à abertura comercial, causando grande heterogeneidade entre as empresas do setor de consumo cíclico.

Também se analisou o comportamento da taxa de crescimento da participação das exportações nas receitas. No período de 2009 a 2014, a taxa sofre menores variações em comparação com as do crescimento da receita das exportações, entretanto, em 2015 e 2016 essa variação se tornou maior, podendo indicar que empresas exportadoras têm destinado uma maior parte de seus recursos para acentuar a atividade de exportação ou que o mercado externo esteja se tornando mais atrativo do que o mercado interno.

É importante frisar que o que possibilitou a coleta, montagem e comparação da base de dados foram as normas contábeis, que padronizam a disponibilidade de dados das empresas estudadas através da estrutura da demonstração do valor adicionado - DVA e do CPC 22, que é a tradução da IFRS 8, ambas obrigatórias para companhias de capital aberto com sede no Brasil listadas na BM&FBovespa.

A pesquisa possui limitações geográficas, pois não foi utilizado filtro regional na amostra, como diferentes regiões podem estar ligadas diferentemente ao comércio externo, o coeficiente de variação elevado pode se dar pela ausência do filtro. Há também limitações metodológicas, pois a metodologia utilizada é para pesquisa exploratória, não obtendo resultados detalhados. Não houve filtro nas empresas com base nos fatores de produção utilizados de maneira mais intensiva, isso pode camuflar certos resultados baseados no teorema de Stolper-Samuelson.

Era esperado que as variáveis estudadas apresentassem comportamento que corroborasse com teorias tradicionais de comércio internacional, porém o estudo apresentou alguns resultados distintos e outros que corroboram com as teorias. Partindo desses resultados, é sugerido para pesquisas futuras, a aplicação de filtros regionais e de fatores de produção, além de métodos estatísticos mais aprofundados.

Referências

- ÁRABE NETO, A. M. **Ampliação de vendas ao exterior de produtos e serviços**. São Paulo, 2016. In: ENCONTRO 40 ANOS FUNCEX. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/component/content/article?id=2099>>. Acesso em: 04/03/ 2017.
- ARAÚJO, B. C. P. O. Análise empírica dos efeitos ex-post das exportações sobre a produtividade, o emprego e a renda das empresas brasileiras. In: NEGRI, J. A.; NEGRI(ii), F.; COELHO, D. **Tecnologia, exportação e emprego**. Brasília: IPEA, 2006. p. 51 a 68. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A151.pdf>>. Acesso em: 04/05/2017.
- ARAÚJO, B. C. P. O. **Os determinantes do comércio internacional ao nível da firma: evidências empíricas**. Brasília: Ipea, 2005. Texto para Discussão, n. 1.133. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1133.pdf>. Acesso em: 04/05/2017.
- ARAÚJO, B. C. P. O; NEGRI, J. A. **As empresas brasileiras e o comércio internacional – Capítulo 1**. Brasília: IPEA, 2007.
- ARBACHE, J. S; CORSEUIL, C. H. Liberalização comercial e estruturas de emprego e salário. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, vol.54, out./dez. 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402004000400002>. Acesso em: 05/05/2017.
- ARBACHE, J. S.; DICKERSON, A.; GREEN, F. Trade Liberalisation and wages in developing countries. **The Economic Journal**, Oxford, v. 114, p. 73-96, feb. 2004. Disponível em: < https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=447141>. Acesso em: 05/05/2017.
- BARBOSA. L. **As IFRS e o gerenciamento de riscos**. Setembro, 2012. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/as-ifrs-e-o-gerenciamento-de-riscos/65773/>>. Acesso em: 13/04/ 2017.
- BARRETO, F. A. F. D; BENEVIDES, A, A; CASTELAR, I. Integração comercial, dotação de fatores e a desigualdade de renda pessoal dos estados brasileiros. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Fortaleza, v.33, n.3, dez. 2003. Disponível em: < <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/84/59>> Acesso em: 05/05/2017.
- CALEIRO, J. P. **2 anos de crise já reverteram 7 anos de mobilidade, diz estudo**. Exame, São Paulo, 03 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/2-anos-de-crise-ja-reverteram-7-anos-de-mobilidade-diz-estudo/>>. Acesso em: 04/03/2017.
- CHIQUIAR, D. Globalization, regional wage differentials and the Stolper-Samuelson Theorem: Evidence from Mexico. **Journal of Internacional Economics**, v. 74, n. 1, p. 70-93, Jan. 2008.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIOS. **Companhias**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/menu/regulados/companhias/companhias.html>>. Acesso em: 19/06/2017.

CPC 22 - Informações por Segmento. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=53>>. Acesso em: 13 abril, 2017.

CUNHA, J. V. A; RIBEIRO, M. S; SANTOS, A. A Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade e Finanças**, n. 37, p. 7 – 23, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rcf/v16n37/v16n37a01.pdf>. Acesso em: 07/04/2017

DE LUCA, M. M. M. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.

DOLLAR, D; COLLIER, P. **Globalization, Growth and Poverty. Building an Inclusive World**. New York: Oxford University Press, 2001.

FAUSTINO, H.C. **O Modelo de Factores Especificos e os Teoremas de Base do Comercio Internacional**. Lisboa: Centro de Estudos de Economia Internacional, 1989.

FEENSTRA, R. **Advanced international trade: theory and evidence**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

FUNDAÇÃO IFRS. **Sumário técnico IFRS 8**. 2011. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/IFRSs/Documents/Portuguese%20technical%20summaries%20pdfs%202011/IFRS%208.pdf>>. Acesso em: 12/04/2017.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONÇALVES, R. Comércio externo, investimento externo e emprego – resenha. In: **Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A Experiência Brasileira Recente**. Brasília: OIT, 2008. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/oldroot/hpp/intranet/pdfs/comercio_investimento_externo_e_emprego_resenha_outubro_2008.pdf>. Acesso em: 06/05/2017

IUDÍCIBUS, S. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

LEAMER, E; LEVINSOHN, J. **International Trade Theory: The Evidence**. In: **Handbook of International Economics, Vol. 3**. Amsterdam: Elsevier, 1995.

MARTINS, E. A. **Guia de IFRS perguntas e respostas**. Revista Capital Aberto LTDA Capítulo 1. São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://capitalaberto.com.br/pageflip/Guia%20de%20IFRS%20-%20Perguntas%20e%20Respostas/Guia%20de%20IFRS%20-%20Perguntas%20e%20Respostas/assets/basic-html/page13.html>>. Acesso em: 13 abril, 2017.

MARTINS, O. S; PAULO, E. Reflexo da Adoção das IFRS na Análise de Desempenho das Companhias de Capital Aberto no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Vol. 4, n. 9, p. 30, mai./ago. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34766>>. Acesso em: 12/04/2017.

MENDES, K. **Três ensaios sobre comércio internacional nos municípios brasileiros: características, especialização, desigualdade e resistências estruturais no decênio 2000-2010**. 2016. 129 f. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/17944/Tese_KrisleyMendes_Economia_PIMES.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08/12/2016.

MORAIS, C. M. **Escalas de medida, estatística descritiva e inferência estatística**. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 2005.

MOREIRA, U. Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol.32, n. 2, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572012000200004>. Acesso em: 20/03/2017.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **Balanco Social**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/obras/balancosocial.htm>>. Acesso em: 19/04/2017.

SANTOS, A; HASHIMOTO, H. Demonstração do valor adicionado: algumas considerações sobre carga tributária. **Revista de Administração**, São Paulo, v.38, n.2, p.153-164, abr./jun. 2003.

VENABLES, A. J.; LIMÃO, N. Geographical disadvantage: a Heckscher-Ohlin-von Thunen model of international specialisation. **Journal of International Economics**, v. 58, n. 2, p. 239-263, Dec. 2002.

ANEXO A

Tabela 5: Média das remunerações anuais do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em R\$ milhares.

Remunerações por categoria / ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Salário médio								
Exportadora	25,49	26,90	29,91	32,53	33,28	37,17	42,83	45,39
Não-exportadora	28,72	33,07	39,61	40,51	55,00	49,93	64,15	64,67
Impostos, taxas e contribuições								
Exportadora	197.767,39	221.516,67	205.863,13	204.634,95	227.749,00	262.580,55	230.790,18	240.880,27
Não-exportadora	177.839,80	223.901,48	241.565,81	235.884,60	253.579,03	237.726,15	233.278,10	244.269,92
Juros								
Exportadora	90.740,56	74.539,19	81.299,43	89.057,86	107.113,59	126.910,36	171.002,95	157.348,73
Não-exportadora	70.455,96	102.504,32	166.610,05	138.370,00	147.468,10	182.055,64	236.126,84	271.154,02
Aluguéis								
Exportadora	16.069,17	16.567,48	16.390,57	25.372,91	21.759,36	34.496,05	44.022,73	45.967,59
Não-exportadora	40.061,29	45.417,02	63.546,51	68.377,33	80.981,61	90.312,71	104.943,28	114.857,13
Juros sobre capital próprio								
Exportadora	7.156,56	10.305,05	10.624,13	16.010,91	14.704,48	22.297,86	26.430,91	29.367,23
Não-exportadora	4.512,65	7.846,67	9.969,96	8.563,35	11.800,33	11.951,76	13.140,68	15.395,12
Dividendos								
Exportadora	15.513,78	28.566,71	27.865,65	26.973,23	38.464,38	27.963,23	27.155,45	41.630,95
Não-exportadora	10.234,65	20.253,68	19.477,19	23.796,21	28.568,72	19.523,06	20.595,37	21.906,74
Lucro ou Prejuízo Retido								
Exportadora	42.595,06	50.478,48	-4.986,22	34.948,14	71.851,59	85.514,91	72.273,64	79.786,00
Não-exportadora	24.725,02	46.508,59	37.131,42	51.434,53	80.991,49	104.400,44	52.281,84	67.211,54

Fonte: Dados da pesquisa obtidos a partir do site da BM&FBovespa em 2017.

ANEXO B

Tabela 6: Desvio Padrão das remunerações anuais do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em R\$ milhares.

Remunerações por categoria / ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Salário médio								
Exportadora	16,46	16,43	16,25	18,43	14,32	18,59	19,12	19,11
Não-exportadora	16,87	30,96	45,53	36,22	75,37	49,61	64,17	66,68
Impostos, taxas e contribuições								
Exportadora	322.288,32	334.340,13	207.880,66	184.555,45	237.059,61	313.438,39	302.988,32	331.614,48
Não-exportadora	255.740,16	312.211,16	352.010,97	380.065,38	463.329,31	408.026,87	409.325,80	392.659,85
Juros								
Exportadora	118.364,83	103.693,50	124.975,76	104.495,27	174.171,45	181.357,32	252.425,36	194.204,98
Não-exportadora	167.964,20	217.536,26	312.635,63	273.575,90	297.085,55	383.769,77	480.879,79	595.764,46
Aluguéis								
Exportadora	24.127,62	23.083,15	35.213,05	36.468,55	31.659,54	53.999,47	84.534,98	87.498,36
Não-exportadora	55.105,38	64.242,31	119.274,74	122.476,01	150.000,26	166.261,00	182.295,43	191.131,41
Juros sobre capital próprio								
Exportadora	17.090,65	21.444,58	23.302,66	27.714,16	26.012,90	44.154,24	45.531,72	54.078,41
Não-exportadora	10.480,86	16.215,15	20.100,36	20.970,67	27.785,61	27.727,65	34.413,89	40.606,89
Dividendos								
Exportadora	29.620,42	61.949,44	53.482,81	64.454,89	79.084,07	58.907,98	77.696,81	127.851,15
Não-exportadora	21.880,63	35.373,20	41.885,23	55.125,18	73.453,64	46.170,39	61.513,94	68.877,84
Lucro ou Prejuízo Retido								
Exportadora	70.306,41	101.512,73	164.618,58	141.256,72	174.465,16	256.957,77	252.531,67	298.597,62
Não-exportadora	102.638,66	89.369,95	86.486,75	101.203,18	161.679,90	195.608,39	170.768,78	250.625,39

Fonte: Dados da pesquisa obtidos a partir do site da BM&FBovespa em 2017.

ANEXO C

Tabela 7: Coeficiente de variação das remunerações anuais do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em percentual.

Remunerações por categoria / ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Salário médio								
Exportadora	64,56%	61,08%	54,31%	56,65%	43,05%	50,01%	44,64%	42,09%
Não-exportadora	58,74%	93,60%	114,95%	89,42%	137,04%	99,38%	100,02%	103,10%
Impostos, taxas e contribuições								
Exportadora	162,96%	150,93%	100,98%	90,19%	104,09%	119,37%	131,28%	137,67%
Não-exportadora	143,80%	139,44%	145,72%	161,12%	182,72%	171,64%	175,47%	160,75%
Juros								
Exportadora	130,44%	139,11%	153,72%	117,33%	162,60%	142,90%	147,61%	123,42%
Não-exportadora	238,40%	212,22%	187,65%	197,71%	201,46%	210,80%	203,65%	219,71%
Aluguéis								
Exportadora	150,15%	139,33%	214,84%	143,73%	145,50%	156,54%	192,03%	190,35%
Não-exportadora	137,55%	141,45%	187,70%	179,12%	185,23%	184,09%	173,71%	166,41%
Juros sobre capital próprio								
Exportadora	238,81%	208,10%	219,34%	173,10%	176,90%	198,02%	172,27%	184,15%
Não-exportadora	232,26%	206,65%	201,61%	244,89%	235,46%	232,00%	261,89%	263,76%
Dividendos								
Exportadora	190,93%	216,86%	191,93%	238,96%	205,60%	210,66%	286,12%	307,11%
Não-exportadora	213,79%	174,65%	215,05%	231,66%	257,11%	236,49%	298,68%	314,41%
Lucro ou Prejuízo Retido								
Exportadora	165,06%	201,10%	-3301,47%	404,19%	242,81%	300,48%	349,41%	374,25%
Não-exportadora	415,12%	192,16%	232,92%	196,76%	199,63%	187,36%	326,63%	372,89%

Fonte: Dados da pesquisa obtidos a partir do site da BM&FBovespa em 2017.

ANEXO D

Tabela 8: Correlação entre exportações e variáveis das remunerações anuais do setor de consumo cíclico sem o segmento “edificações” entre 2009 e 2016, em percentual.

Ano\Variável	Pessoal Ocupado	Pessoal - Remuneração Direta	Salário médio	Impostos, taxas e contribuições	Juros	Aluguéis	Juros sobre capital próprio	Dividendos	Lucro Retido
2009	36,08%	49,40%	-13,34%	26,73%	19,05%	9,29%	22,32%	7,37%	15,25%
2010	20,08%	48,04%	-5,54%	44,22%	19,29%	-2,31%	27,86%	46,19%	23,17%
2011	19,52%	23,55%	-4,86%	29,89%	9,81%	-3,32%	7,57%	22,60%	10,43%
2012	23,42%	28,78%	-3,39%	18,76%	6,37%	-4,83%	25,10%	3,50%	6,98%
2013	21,52%	29,74%	-5,90%	21,12%	14,72%	-7,72%	22,93%	15,95%	15,23%
2014	16,37%	22,97%	-4,68%	26,53%	9,74%	-8,58%	61,60%	22,15%	3,63%
2015	14,94%	33,83%	4,89%	15,61%	8,51%	-7,68%	45,85%	0,25%	0,41%
2016	17,11%	38,67%	5,15%	19,00%	5,11%	-8,11%	30,25%	-2,85%	-1,93%

Fonte: Dados da pesquisa obtidos a partir do site da BM&FBovespa em 2017.